

## **REPRESENTAMEN, OBJECTO, INTERPRETANTE: LIGAÇÕES INTERMINÁVEIS**

LUÍSA PEIXOTO DE MAGALHÃES \*

### **RESUMO**

Este texto debruça-se sobre a obra de C. S. Peirce, filósofo americano que marcou de forma indelével o pensamento científico do séc. xx. Na ínfima parcela do seu trabalho que selecionei para apresentar nestes «Cadernos» está presente o raciocínio lógico-semiótico que situa o signo triádico numa espiral vertiginosa por onde o sentido flui ininterruptamente, sem que alguém jamais se possa outorgar sequer a esperança de lhe encontrar o princípio — ou o fim. Nesta mesma espiral nos encontramos — cada um de nós um Signo, vindo de outro e dele seguindo... nos meandros da «semiose ilimitada» que nos faz crescer, comunicando.

Pelo seu carácter de profunda elaboração filosófica e científica, a obra de Charles Sanders Peirce impõe-se a todos quantos se dedicam a explorar os meandros da comunicação humana, principalmente nos aspectos relativos ao desenrolar do processo semiótico. Esta obra debruça-se sobre a rede ilimitada de relações entre a realidade e o processo do conhecimento, processo este que se desdobra pela multiplicação de signos interpretantes. Estes sucedem-se, originando tríades ininterruptas, cada uma na base da seguinte, autênticos veículos onde o sentido é transportado ao longo da relação estabelecida entre cada signo e o seu Objecto.

---

\* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.  
E-mail: luisamag@ics.uminho.pt

O sentido evolui de signo em signo, complexificando ou simplificando as possibilidades de assimilação por parte de cada utente, sendo que esta assimilação é sugerida por uma lógica helicoidal onde o vértice final de um triângulo é também o vértice inicial do triângulo seguinte. O processo de descoberta segue então um processo lógico evolutivo e ilimitado, originando um encadeamento de significações cujo fio condutor é o grau de iconicidade presente na relação entre o Homem e o Mundo. A iconicidade está presente em todos os contextos da vida, implicada na visão da realidade que apenas é possível pelos olhos de um intérprete. Assim, os principais elementos que favorecem a comunicação humana são elementos icónicos: ou por se tratar de imagens directas do real ou então por se tratar do resultado das fórmulas com que o mesmo real é visionado. Esta é a razão principal para estudar o pensamento de Peirce em relação aos signos icónicos: de facto, eles promovem uma rede relacional que implica simultaneamente indivíduos e objectos, num esforço pragmático de compreensão e aprendizagem sobre o Mundo

O Conhecimento humano integra-se, assim, numa lógica de descoberta com carácter dinâmico, fluido e provisório cuja base se constitui nos signos de carácter icónico porquanto são as Imagens que permitem a organização do pensamento humano, através das relações que promovem entre a Mente Humana e o Mundo. No quotidiano, os contextos comunicativos sucedem-se, tal como as imagens de um caleidoscópio: Emissor e Receptor assumem alternadamente o seu papel no encadeamento lógico e ininterrupto dos signos entre si.

A interpretação dos fenómenos da Realidade é possível através do Conhecimento, mas também da Experiência. Trata-se de uma atitude inicialmente realizada por abstracção, mas complementada tanto pela concretização experimental como pela sua representação. A designação escolhida por Peirce para descrever a globalidade destes fenómenos é peculiar, já que a sua principal característica é ser suficientemente abrangente para incluir, sob o termo «phaneron», «(...) o total colectivo que, de alguma maneira ou em algum sentido é presente à mente humana, sem que se distinga entre o que corresponde a uma coisa, real ou não.»

Com efeito, a preocupação fundamental de Peirce consiste na descoberta dos processos que estão subjacentes ao Conhecimento. Estes processos poderiam ser compreendidos desde que fossem metodologicamente inseridos num raciocínio de tipo lógico — semiótico, partindo da análise de premissas do Real e integrando-as a um nível superior de conhecimento. O estudo sistemático dos «phanerons» levaria Peirce à compreensão do Real, exactamente através das relações lógicas ou semióticas estabelecidas entre os elementos constitutivos do mesmo Real — o ser e a substância.

O objectivo do estudo de Peirce consistiria então na elaboração de uma síntese da forma pela qual o ser humano se relaciona com a Realidade,

considerando as suas diferentes formas interpretativas. Essencialmente uma teoria explicativa dos mecanismos de significação, a semiótica de Peirce, segundo Nicole Everaert-Desmedt (1990), é, de facto, um projecto filosófico. Tal como Aristóteles e Kant, Peirce ensaia uma tipologia de classificação para os «phanerons», a qual deu origem a uma Teoria das Categorias, ou Phaneroscopia. Apesar de assumir a influência de Kant, cuja Crítica da Razão Pura dizia saber «quase de cor», Peirce expõe, no prefácio de *Principles of Philosophy* (CP 1.2), a sua intenção de continuar na esteira de Aristóteles quanto à elaboração de uma filosofia própria, tão abrangente que se tornaria difícil, senão impossível, desenvolvê-la, ou mesmo contradizê-la. O primeiro passo da construção de uma tal ciência seria enunciar conceitos tão simples quanto generalizadores e aplicáveis, de forma a que, tal como os princípios de Aristóteles, estes conceitos fossem praticamente irrefutáveis.

Na sua busca de utilização de termos dotados de simplicidade e clareza, embora com uma grande preocupação de rigor científico, Peirce procura então uma designação abrangente mas não complexa para expor o sistema de categorias segundo o qual se compreendem as três dimensões da realidade, sendo que estas dimensões são relacionais e complementares entre si.

Toda a experiência humana resulta da interacção entre os três modos de ser específicos — Primeiro, Segundo e Terceiro —, que dizem respeito às diferentes formas de relação estabelecidas entre o «ser» e a «substância» e que constituem as categorias phaneroscópicas. A tentativa de compreender como se podem unir estes elementos que constituem a existência humana levou Peirce ao exercício mental de produzir enquadramentos conceptuais para os diferentes níveis e formas de relação, criando assim diferentes categorias integradas em contextos semióticos.

A forma de pensamento de Peirce é portanto triádica e implica a assunção de que tudo se resume aos três modos de ser, aos quais correspondem as designações das três categorias existenciais. Estas categorias pressupõem uma hierarquização e uma relação implícita segundo a qual um Segundo implica sempre um Primeiro e um Terceiro implica um Segundo e logicamente um Primeiro também.

Os três níveis ou modos de ser inventariados por Peirce traduzem-se simplesmente pela designação da forma como se constituem, ou não, em relações entre si. Assim, a sua denominação original é: *Firstness*, *Secondness*, e *Thirdness*.

A *Primariedade* (*Firstness*), é o momento de abstracção onde cada coisa pode ser compreendida unicamente em relação a si mesma. A *Secundariedade* (*Secondness*) é a dimensão do existencial, do concreto, da experiência individual, onde cada coisa é compreendida pela sua relação com o Real. A *Terciariedade* (*Thirdness*) é o nível do pensamento e da representação.

A ideia de Primariedade (Firstness) é expressa pela qualidade em si, exemplificada pelos fenómenos de, e.g., dureza, luz, brilho, prazer, dor, etc. Corresponde, nas palavras de Peirce, às ideias de liberdade, frescura, vida, sensação pura e sentimento (CP 1.302).

A Primariedade está relacionada com a possibilidade de cada fenómeno causar uma impressão determinada, isto é, uma sensação. Contudo, esta qualidade não é, em si, uma ocorrência, ou seja, o esforço mental de imaginar uma sensação de frescura, não implica a existência de um objecto real ao qual esta sensação corresponda. Poderá dizer-se que a «vermelhidão» existe na mente antes de qualquer objecto vermelho. A associação de cor a um objecto não passa de um fenómeno dispensável ao nível da Primariedade. Trata-se de um enquadramento hipotético, baseado na pura abstracção. Cada sensação existe com a sua consequente exigência de um sujeito «sensor», que lhe dá forma e nome. Assim, o Primeiro, ou a ideia de Primariedade, pressupõe um estado qualificável, pois consiste na possibilidade de impressionar causando sensações de tipo «resposta». A Primariedade consiste portanto no «ser» propriamente dito, sem os contornos reais que lhe são conferidos pelo universo da Secundariedade, isto é, da própria existência. Neste sentido, não há possibilidade de comparação ao nível da Primariedade, já que este é o universo da substância, da «coisa», desligada da sua significação.

A Secundariedade é, em si mesma, existencial; consiste na existência física do qualificável, ou então na existência de algo que o pressupõe. Relaciona-se directamente com a categoria anterior porque a inclui, na medida em que o qualificado será sempre um Segundo. A Secundariedade (Secondness) explica-se, para Peirce pelo plano da Relação, numa primeira abordagem (On a New List of Categories, 1867), embora a formulação das categorias tenha sido alterada mais tarde (The Categories in Detail, 1894), levando ao reconhecimento do plano da Reacção ou Conflito (CP 1.322; 324). A Secundariedade consiste na possibilidade real de reconhecer uma qualidade, ou um signo de Primariedade através do conhecimento da sua existência real ou de algum aspecto do real que indique e/ou exija essa mesma existência. A referência a um signo de Secundariedade vem pelo seu valor de implicação, uma vez que comporta a inclusão de um signo de Primariedade com o qual se relaciona. O universo inicial, a pura potencialidade, antecede a relação que é afinal o «entrelaçar» de qualidades.

Assim, por exemplo, qualquer referência a uma qualidade atribuída implica uma relação — uma designação de «automóvel azul» pressupõe uma existência material, singular, adjectivada pela sensação a que corresponde uma cor ou qualidade reconhecida. Da mesma forma, uma dada aplicação de cor vermelha pode assumir certa representação, pelo que pode estar presente em determinado objecto concreto e singular sem no entanto deixar de existir em abstracto como uma hipótese (Tiercelin:1984).

Em relação ao carácter abrangente e universal destas categorias, Joseph Brent apresenta uma explicação que introduz a terceira categoria: a Terciariedade. «Enquanto a qualidade monádica da Primariedade é mera potencialidade sobre o que poderia ser e é sem existência, a qualidade diádica da Secundariedade é o mero facto individual, sem generalização. A Terciariedade comporta a generalização, mediando entre um primeiro e um segundo. É a categoria que transporta o sentido e é o próprio sentido.»(Brent,1993:334)

Entre a abstracção pura da Primariedade e a existência total ou parcial da Secundariedade, o equilíbrio estabelece-se pela inserção de um terceiro, mediador que não resulta de divisões sucessivas mas sim da necessidade lógica de promover um equilíbrio entre a qualidade e o objecto — ou o seu nome (CP 1.337). Entra-se, assim, na lógica da representação, pela existência do elemento mediador, origem da própria significação (CP 1.338).

O problema da representação consiste na unificação de conceitos, partindo da relação entre o ser e a substância, estabelecida através dos signos. A determinada qualidade do ser une-se o verbo e a acção que há-de trazer significação. Este movimento concretiza-se na proposição, que «tem sempre, para além de um termo para exprimir a substância, um outro para exprimir a qualidade dessa mesma substância. A função da concepção do ser é unir a qualidade à substância» (CP 1.551). Daí que o próprio Peirce tenha classificado a Terciariedade como «a categoria do necessário», na qual se justificam a relação, a qualidade e a própria mediação. A qualidade «é então, no seu sentido mais alargado, o primeiro conceito a permitir a passagem do 'ser' para a 'substância'» (CP 1.548), permitindo a interpretação e aplicação de um conceito ao outro na proposição. Corporizar ou integrar a qualidade da cor é equivalente a «ser» essa cor, logo a qualidade existente na cor só faz sentido se e quando aplicada a um sujeito, conferindo-lhe o 'ser' e a sua 'substância', valorizando por isso a proposição.

Segundo Deledalle (1979), a Primariedade é a categoria do ser por si próprio, do sentimento antes do seu objecto ou da mera possibilidade. A Secundariedade faz referência a um Primeiro, mas não a um Terceiro, sendo que a existência do Segundo vem alterar a harmonia, introduzindo a relação ou o conflito, apenas resolvido pela compreensão do Terceiro como mediador. A Terciariedade é então o pensamento de tudo o que é possível. Assim, a primeira categoria invoca um sentimento, ou então uma sensação no seu estado puro, enquanto a segunda se refere à possibilidade de uma acção ou conflito entre a qualidade e a existência. A terceira categoria implica consciência. Estas categorias não podem ser entendidas isoladamente, uma vez que, ao nível do trabalho semiótico, é necessária a implicação da triadicidade que é característica do pensamento de Peirce.

Peirce descreve o Signo como gerador de outros signos, consistindo, de uma forma geral, numa rede de relações em permanente actividade.

É composto por três elementos de base, Representamen, Objecto e Interpretante, que se reproduzem ininterruptamente, compreendendo as relações estabelecidas em rede e originando um processo de semiose contínua. Nas palavras de Peirce, o Signo é «Algo que determina outra coisa (o seu interpretante) para se reportar a um objecto ao qual se refere (o seu objecto) da mesma forma, transformando o interpretante num signo em si mesmo, e assim sucessivamente, ad infinitum.» (CP 2.303)

A noção de signo inclui portanto uma sequência de relações infindáveis e complexas sendo abrangente mas contextualizada. É abrangente, porque comporta os seus próprios elementos de expansão: a noção de Objecto e a noção de Interpretante. É contextualizada porque nenhum signo é limite de si mesmo, promovendo a sua própria assimilação e compreensão por parte do utente, conforme diversos factores contextuais que vão favorecendo o desenvolvimento da cadeia significativa. A ocorrência de cada signo é sempre relativa a um determinado fundamento (Ground) e motiva outros signos, sempre diferentes do signo inicial, mas de natureza equivalente.

O signo não é a realidade, mas a sua representação; difere sempre do seu objecto sem o abandonar completamente, visto que a relação existente entre signo e objecto não é uma relação total. Um signo não pode representar a totalidade do seu objecto: Peirce é muito claro, quando, na sua exposição da ideia de Signo, no texto *Division of Signs* (CP 2.227 ss.), apresenta o Signo como algo que «representa algo para alguém a determinado respeito ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez mais desenvolvido. Esse signo que ele cria chamo-lhe o interpretante do primeiro signo. O signo representa algo, o seu objecto. Representa o seu objecto, não em todos os seus aspectos, mas em referência a uma certa ideia à qual chamei por vezes o fundamento do representamen.»

Um signo só é compreendido entre dois interlocutores a partir do momento em que é possível encontrar um ponto comum, uma perspectiva sobre a qual o signo possa ser interpretado. Esta perspectiva é o «fundamento» de cada signo, o aspecto específico sobre o qual existem experiências comuns que levam ao reconhecimento do Objecto, não no seu todo, mas em alguma das suas partes com a qual o utente do signo se familiariza. Daí a importância da noção de fundamento associada à de objecto: cada signo apenas pode representar a «parcela» do objecto que consiste no fundamento necessário para que o mesmo signo seja entendido e interpretado.

A representação de algo para alguém ocorre «a determinado respeito ou capacidade», sendo que o signo se torna relevante apenas no ponto de vista que concerne o momento da sua actualização e transmissão. Cada utente reage ao Signo conforme o seu nível de relação com o Fundamento, ou «ideia», que o mesmo signo invoca.

Os três elementos que constituem o Signo aparecem integrados em escalas sucessivas, alternando as relações que estabelecem entre si. Trata-se de um processo que se traduz numa semiose ilimitada, assim caracterizada pelo pressuposto que legitima a multiplicação dos interpretantes. Se um signo mais desenvolvido entrar no processo como primeiro signo «para alguém», imediatamente lhe será dada sequência, uma vez que a sua significação só ficará assegurada a partir do momento em que um novo interpretante lhe é atribuído. O encontro entre cada signo e a sua ocorrência dá-se ao longo das três categorias phaneroscópicas, da Primariedade, Secundariedade e Terciariedade, coincidindo com a tríplice combinação entre as dimensões do Signo e as de cada fenómeno.

Para interpretar a complexidade do processo de semiose ilimitada efectivado pela acção dos signos interessa analisar e compreender cada um dos seus elementos — Representamen, Objecto e Interpretante —, suas características e permanente interrelação. O Representamen é inicialmente descrito por Peirce como independente da noção de signo:

«Uso diferentemente as duas palavras, signo e representamen. Signo para mim, é algo que transporta uma dada noção sobre qualquer aspecto de um objecto, na medida em que estes veículos de pensamento nos são familiares. Partindo desta ideia familiar, faço a melhor análise que é possível fazer-se sobre o que é essencial para um signo, e defino representamen como algo a que essa análise se possa aplicar.»

O signo existe em presença num mundo concreto que funciona pela expressão sucessiva de representações, mas existe também na ausência, pela natureza do Representamen que cada signo implica ou constitui, sendo uma representação de «algo que não é». A ideia de que é possível considerar «o que é essencial para o signo», abstraindo-o de qualquer aplicação, leva a que o signo seja duplamente entendido, como uma possibilidade, mas também em concreto, pela experiência. Daí que Peirce separe, inicialmente, as noções de Representamen e de Signo. O Representamen liga-se então ao carácter abstracto e representacional do signo, enquanto que este existe «em concreto» e pressupõe uma situação real. Neste sentido, o Representamen liga-se à categoria da Primariedade, pelo seu modo de ser original, isto é, por entrar no plano da abstracção, do modo de ser Real e Primeiro, enquanto possível. A existência do Fundamento de cada signo é portanto anterior à sua actualização, constituindo um ponto importante de entendimento para a articulação da cadeia significativa. Para Pierre Thibaud (1986:22), a ideia de Fundamento corresponde à primeira «fonte» de todos os signos, ao elemento comum que permite a continuidade das relações comunicativas, a própria Realidade.

Um dos conceitos mais importantes apresentados na obra de Peirce parece-me ser o conceito de Fundamento Icónico de um signo. Por definição, o Fundamento de um signo é o denominador comum aos utentes

do mesmo signo, cuja função é permitir o trânsito de significações. Esta função parece-me de algum modo incompleta, porquanto não especifica a base formal sobre a qual esse denominador comum se constitui e que julgo ser uma base de carácter icónico. Efectivamente, ao longo do processo de crescimento e desenvolvimento humano, cada indivíduo está sujeito a sucessões ininterruptas de signos da Primariedade absoluta.

Contudo, o conhecimento comum de um dado Fundamento não conduz, por si só, ao entendimento entre os utentes: é ainda necessário que exista uma concepção prévia sobre o que possa ser o Objecto de um signo, ou seja, é necessário um conhecimento do Mundo real sobre o qual se articula o processo semiótico. Teresa Calvet de Magalhães observa, a este propósito, que «O objecto é, para Peirce, o conhecimento que temos sobre uma coisa e que nos permite concebê-la como signo». De uma forma geral, todos os objectos têm características complexas, conforme a perspectiva pela qual são observados, descritos ou compreendidos. Enquanto signo, só alguma parte dessas características diferenciadas é que constitui o Objecto de referência, já que não há na noção de signo, a possibilidade de abranger todas as características do mesmo objecto. A definição do Signo como «algo que representa outra coisa, o seu Objecto» diz claramente que este objecto não é representado na sua totalidade, mas apenas em alguma das suas partes (cf. CP 2.228). Consequentemente, pode ser abordado segundo várias perspectivas, conforme a «ideia» subjacente à enunciação do próprio signo. Peirce especifica que há, geralmente, dois tipos de Objecto, propondo a sua distinção: «Temos de distinguir o Objecto Imediato, que é o objecto tal como o próprio Signo o representa e cujo Ser está portanto dependente da sua Representação no signo, do Objecto Dinâmico, que é a Realidade que, de alguma maneira, conduz à ligação do Signo com a sua Representação.»

O Objecto Dinâmico é então a Realidade, o mundo como contexto do signo, englobando todos os aspectos aos quais o signo situado pode fazer referência. O reconhecimento da sua identidade depende da experiência, do conhecimento próprio que cada indivíduo tem sobre a realidade em que se situa. Desta forma, a ligação entre o Fundamento de um signo e o seu Objecto Dinâmico é constituída em paralelo com a ideia de «correlato», de experiência colateral sobre um dado aspecto da Realidade. O mesmo é dizer que a noção de Fundamento inclui toda a gama de experiências comuns necessárias para a articulação do processo semiótico. No seu texto *Signs and their Objects*, Peirce especifica: «O Signo apenas pode representar o objecto e dele dizer alguma coisa. Não pode dar a conhecer nem mesmo reconhecer este objecto; (...) (O Objecto de um signo) é aquilo cujo conhecimento prévio é pressuposto para que possa comunicar as informações suplementares que Ihe dizem respeito.»

Consequentemente, o Objecto Imediato tem um carácter prático, existente, partindo da realidade enquanto Objecto Dinâmico enquadrado na perspectiva adequada ao momento de comunicação. E o Objecto Imediato que dá forma ao Interpretante correspondente ao seu Representamen, ligando os dois elos da cadeia semiótica. A sequência virá à medida de cada Interpretante, conforme o Objecto Imediato estimulado.

Os signos têm ainda a capacidade de se desenvolverem na mente do utente, originando outros signos, relacionando-se com o conjunto de noções e conhecimentos de cada utente e dando lugar à criação de signos com características equivalentes ou mais desenvolvidas ainda, ultrapassando os limites formais do signo inicial. Cada signo tem a faculdade de poder originar um outro signo mais desenvolvido que Peirce designa por Interpretante. Em relação ao Objecto, o Interpretante surge como um «signo equivalente», logo possui, ele também, a possibilidade de se reproduzir.

O interpretante de um signo é o elemento originador do processo semiótico, quer pelas suas características relativamente ao signo em si, quer pela sua função no estabelecimento da própria relação semiótica. No que respeita ao signo, o Interpretante situa-se num plano equivalente, ou talvez mais desenvolvido, conforme Peirce o apresenta. Constitui-se então como elemento de base para o processo semiótico, capaz de igualar ou mesmo de se sobrepôr ao signo inicial em termos de possibilidades interpretativas, já que se trata afinal de um outro signo, diferente do signo que lhe deu origem.

É nesta medida que a cadeia semiótica é imparável assumindo, na Teoria Geral dos Signos, uma dimensão original. Efectivamente, a originalidade da concepção deste terceiro elemento como um signo «equivalente, ou mais desenvolvido» consiste, por um lado, na ideia de que cada signo, referindo-se apenas a alguma parte do objecto, faz supor várias possibilidades de interpretação. Por outro lado, admite-se a existência de um dado contexto comum, isto é, de um Objecto Dinâmico que é pertença de quantos utilizarem um dado signo.

A geração de interpretantes constitui portanto a acção do signo, sem que cada Interpretante se refira a um objecto específico de experiência, mas favorecendo uma multiplicidade de «aspectos e capacidades» a desenvolver ininterruptamente, criando assim um universo dinâmico e activo. O universo dos «vermelhos existentes» pode ser aplicado, por exemplo, quer em cartazes de campanha eleitoral, quer em dísticos com o cruzamento perpendicular de dois traços, como no caso da Cruz Vermelha. No primeiro dos casos, a contextualização da cor permite uma conclusão tipicamente diferente da do segundo caso.

Contudo, ao nível da observação sensorial, a identificação da cor permanece enquanto elemento de Primariedade. É a especificação da ocorrência contextualizada que, em ambos os casos, fornece a hipótese ideal

para que cada signo seja apreendido, situando-o, enquanto existente, ao nível da Secundariedade. Todavia, a interpretação de cada signo proposto, neste caso a partir de um elemento de cor vermelha, vem a sugerir diferentes signos interpretantes.

O Interpretante é, originalmente, um elemento acrescentado à cadeia semiótica, com um papel de mediação clara entre os dois outros elementos. Trata-se de um signo, o que faz dele um elemento de tripla dimensão, relacionando-se em níveis diferentes, com o seu Representamen e Objecto correspondentes e originando diferentes tipos de Interpretante. Assim, o Interpretante Imediato ocorre num processo de «semiose prática» (Deledalle:1990), em acção imediata, onde o Interpretante designa o Objecto Imediato de um Representamen e que se cumpre nesta designação. Trata-se do elemento que permite o «reconhecimento» imediato dos signos através da sua relação com o Representamen, sem que seja exigido conhecimento específico para estabelecer o contacto.

«Face a um signo pictórico, por exemplo, um quadro, o Interpretante Imediato diz-nos: estamos em presença de uma pintura com tal e tal características que devem ser compreendidas seguindo esta ou outra referência». Carontini (1984:31). Neste sentido, Peirce identifica o Interpretante Imediato como a ligação ideal entre o Primeiro e o Segundo elemento do signo, considerando-o «o Interpretante representado ou significado no signo». Contudo, o processo semiótico é contínuo, e a cadeia semiótica funciona pela alternância dos signos entre si, com uma base de comunicação efectiva que é constituída, como o referia Thibaud, pelo Mundo como contexto de cada signo, i. e., considerando o Objecto Dinâmico na sua permanência e complexidade. É o Mundo, ou melhor, o Objecto Dinâmico, que constitui a fonte de informação necessária à interpretação dos signos, produzindo, para Peirce, «o efeito real do signo sobre o espírito».

Em referências mais recentes da sua obra, cerca de 1902-1904, Peirce considera o Interpretante como o «efeito significativo» no qual se articula a dinâmica do processo e a própria acção do signo, classificando este efeito como Interpretante Dinâmico. Esta designação comporta a assunção de uma correspondência funcional, em primeiro lugar, entre Objecto Imediato e Interpretante Imediato, através do Representamen. Em segundo lugar, entre o Objecto Dinâmico e o Interpretante Dinâmico, através do próprio Objecto. Enquanto signo, o Interpretante articula um feixe de relações próprias entre as categorias da Primariedade e da Secundariedade, respectivamente, enquanto Interpretante Imediato e Interpretante Dinâmico.

Na sua dimensão Terceira, cada signo é, naturalmente, um Interpretante, visto que não é de calcular, para cada Interpretante, o seu signo original, o primeiro signo, no sentido de uma hipotética ordem temporal ou cronológica. A referência à Terciariedade vem pela característica essencial do interpretante ao nível da Representação, que é, em contextos reais de

comunicação, fruto do hábito com que a «carga» de sentido lhe é conferida. O Interpretante Final é, então, quase «mecânico», na figura do hábito com que damos sequência a situações de comunicação. A designação de «hábito» é apresentada por Peirce como alternativa à de Interpretante Final, ou Normal: esta noção resolve parcialmente as questões levantadas pelo imparável dinamismo dos signos. Através do hábito, existe a possibilidade de um dado receptor atingir imediatamente um Interpretante Final — também designado por «lógico», na perspectiva do receptor —, resultado da efectivação imediata da significação transmitida pelo emissor.

Segundo Deledalle a apresentação e discussão da noção de Interpretante exige, em primeiro lugar, a descrição do Signo que cada Interpretante representa. Em segundo lugar, exige a categorização ou designação específica do Interpretante, em relação à figura do Intérprete, impondo-se, a este respeito, uma distinção rigorosa, corroborada, e.g., por Corrington (1993:122): «(...) o interpretante é o signo mediador que torna públicas todas as ligações categoriais e semióticas (especificamente sob a forma de argumentos). O intérprete é a pessoa que se apodera do interpretante e o modifica de tal maneira que cria novos interpretantes».

As designações acima descritas relativamente ao conceito de Interpretante, referem-se à perspectiva do intérprete enquanto emissor, actuando em contextos reais de comunicação. Na perspectiva do intérprete receptor, distinguem-se três outras designações. Em primeiro lugar, o Interpretante Emocional ou Afectivo, correspondente ao Interpretante Imediato, representado no próprio signo. Em segundo lugar, o Interpretante Energético, correspondente ao Interpretante Dinâmico, portanto referente ao efeito real de cada signo sobre o espírito. Uma determinada performance — aplicação de um código — pode ser considerada, na classificação de Peirce como um interpretante «energético», dado que a sua actualização resulta de um esforço particular. Este esforço resulta da identificação do elemento que permite essa performance, e.g., no uso de determinados elementos codificados, como as notas de uma pauta musical, ou as letras de um dado alfabeto.

Finalmente, o Interpretante Lógico, também designado por Interpretante Final ou Normal, este configurado na existência real do hábito. Adivinha-se, em Peirce, a concepção de uma teia infinita de relações que se traduziria numa constelação de elementos — concretos uns, abstractos outros —, cercando a nossa natureza de Homo Symbolicus, como que estimulando competências comunicativas e desenvolvendo laços sociais. No centro desta constelação estaria o processo do conhecimento, ele próprio imbuído da natureza triádica dos Signos.

O processo do conhecimento resulta da articulação entre cada phaneron e o seu modo de ser correspondente. A caracterização proposta por Peirce para o termo phaneron sugere uma ambivalência em relação à

realidade, na qual o phaneron pode ou não estar inserido. Efectivamente, o total colectivo que nos é sempre presente inclui, por um lado, o domínio abstracto das potencialidades; por outro lado, o domínio dos actos concretos, localizados, datados. Os modos de ser Primeiro, Segundo ou Terceiro ligam-se, assim, numa matriz combinatória ilimitada, aos elementos constituintes do signo, sendo que cada um destes elementos — Representam, Objecto e Interpretante — possui características que implicitamente os fazem corresponder a um modo de ser específico. Assim, verifica-se a impossibilidade do que poderia ser considerado uma unidade em termos filosófico-semióticos. Não se concebe um modo de ser sem uma atribuição específica a um dado elemento sígnico, como também não se concebe, pela própria natureza da definição de signo, que este possa incluir elementos isolados. Daí a assunção de que, tanto os três modos de ser da Primariedade, Secundariedade e Terciariedade, como os três elementos sígnicos já descritos, Representam, Objecto e Interpretante, são indissociáveis entre si.

O pensamento de Peirce constitui portanto uma forte referência para a investigação tanto pela profundidade do seu esforço intelectual na prossecução de um importante trabalho científico, como pela validação desse mesmo esforço, conseguida através do seu reflexo em exemplos do quotidiano. É esta atenção dada ao funcionamento aberto da lógica dos signos que faz com que a Semiótica de Charles Peirce seja passível de favorecer o desenvolvimento de novas e fecundas pesquisas, particularmente em áreas relacionadas com a produção, processamento e interpretação dos signos icónicos, como, por exemplo, a Fotografia e o Cinema.

## BIBLIOGRAFIA

- BRENT, Joseph, *Charles Sanders Peirce, a Life*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1993;
- CALVET DE MAGALHÃES, Theresa, *Signe ou Symbole*, Travaux de sémantique et hermeneutique, Louvain la Neuve e Madrid, Cabay ed., 1981;
- CARONTINI, Enrico, *L'Action du Signe*, Questions de Communication 7, Louvain la Neuve, Cabay ed., 1984;
- CORRINGTON, Robert S., *An Introduction to C. S. Peirce*, Rowman & Littlefield Pub. Inc., 1993;
- DELEDALLE, Gérard, *Théorie et Pratique du Signe*, Paris, Payot, 1979;
- DELEDALLE, Gérard, *Lire Peirce Aujourd'hui*, Bruxelles, De Boeck Université, 1990;
- DESMEDT, Nicole E., *Le Processus Interprétatif*, Liège, Mardaga ed., 1990;
- PEIRCE, Charles S., *Collected Papers*, vol.I-VI, Charles Hartshorne and Paul Weiss, eds., vol. VII-VIII, Burk ed., Cambridge Massachussets, Harvard University Press, 1931-1958;
- THIBAUD, Pierre, «La Notion Peirceenne d'Interprétant» in *Dialéctica*, vol. 37, N.º91, 1983, pp. 3-33;
- THIBAUD, Pierre, «La Notion Peirceenne d'Object d'un Signe», in *Dialéctica*, vol.40, fasc.I, 1986, pp. 19-43;
- TIERCELIN, Claudine E., «Que Signifie: Voir Rouge? La Sensation et la Couleur Selon Peirce» in *Archives de Philosophie*, 47, 1984, pp.109-429.